

## 6º CONGRESSO INTERNACIONAL DO DIREITO DA LUSOFONIA

Universidade de Fortaleza

21 a 24 de maio de 2019

Título: Ganhar a vida na rua: economia informal e o Estado

Title: Making a Living on the Street: Informal Economy and the State

**Francisco Gina**, doutorando em sociologia e mestre em Direito pela Universidade do Minho, Mestre em Relações Internacionais e Estudos Europeus pela Universidade de Évora, Colaborador da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto

[fginanzagi@gmail.com](mailto:fginanzagi@gmail.com)

### Resumo:

Sendo antigas, as atuais atividades de comércio de rua informal em Angola estão presentes desde a independência do país em 1975, tendo sido impulsionadas pela situação económica marcada por um longo período de guerra. O conflito armado em que o país esteve mergulhado durante quase três décadas é apontado como o principal promotor desta atividade, nomeadamente devido a que uma parte considerável da população rural foi obrigada a abandonar as suas casas e os seus campos agrícolas para procurar refúgio nos principais centros urbanos. Porém, o fim da guerra civil em 1992 não reduziu a importância das atividades informais. Pelo contrário, estas continuaram a florescer, mostrando-se a paz e a consequente estabilização política incapazes de desenvolver a oferta de trabalho nos setores formais da economia em quantidade adequada à procura.

Este artigo procura descrever e compreender as diferentes formas de ganhar a vida nas ruas de Luanda, com uma especial atenção para as mulheres, considerando que, como nas zonas rurais, constituem o principal (e não raro único) pilar da obtenção de rendimento familiar.

**Palavras-chave:** atividades informais. Estado. Mulheres. Rendimento.

Abstract:

Being old, the current activities of informal street commerce in Angola have been present since the country's independence in 1975, and were driven by the economic situation marked by a long period of war. The armed conflict in which the country has been plunged for almost three decades has been singled out as the main promoter of this activity, particularly since a considerable part of the rural population was forced to abandon their homes and agricultural fields to seek refuge in the main centers urban. However, the end of the civil war in 1992 did not reduce the importance of informal activities. On the contrary, they continued to flourish, showing that peace and consequent political stabilization were unable to develop the supply of labor in the formal sectors of the economy in a quantity adequate to demand.

This article seeks to describe and understand the different ways of earning a living on the streets of Luanda, with special attention to women, considering that, as in rural areas, they are the main (and not uncommon) pillar of obtaining family income.

Keywords: informal activities. State. Women. Yield.

## **Introdução**

Sendo antigas, as atuais atividades de comércio de rua informal em Angola estão presentes desde a independência do país em 1975, tendo sido impulsionadas pela situação económica marcada por um longo período de guerra. O conflito armado em que o país esteve mergulhado durante quase três décadas é apontado como o principal promotor desta atividade, nomeadamente devido a que uma parte considerável da população rural foi obrigada a abandonar as suas casas e os seus campos agrícolas para procurar refúgio nos principais centros urbanos. Porém, o fim da guerra civil em 1992 não reduziu a importância das atividades informais. Pelo contrário, estas continuaram a florescer, mostrando-se a paz e a consequente estabilização política incapazes de desenvolver a oferta de trabalho nos setores formais da economia em quantidade adequada à procura.

Constituindo-se como um contexto socioeconómico da maior relevância, nele ocupando-se uma parte bem significativa das camadas populares mais desprovidas de recursos da cidade de Luanda, a comunicação procura descrever e compreender as diversas formas de ganhar a vida nas ruas de Luanda através de atividades comerciais de natureza informal, com uma especial atenção para o papel nelas desempenhado pelas mulheres, considerando que, como nas zonas rurais, constituem o principal (e não raro único) pilar da obtenção de rendimento familiar.

O estudo foi orientado, pelo método etnográfico, quando ao problema e objetivos da pesquisa fizeram-nos eleger os paradigmas dos inquéritos por questionários, entrevistas face-a-face, em que o estudo de caso predominou dentre os métodos bibliográficos o estudo de campo onde as técnicas de recolha de dados foram aplicadas a uma amostra global de (N= 25) vendedoras, dos quais (n=10) mulheres vendedoras que responderam ao inquérito por questionário, (n=10) mulheres vendedoras responderam entrevista face-a-face. Os procedimentos estatísticos foram usados para analisar dados quantitativos recolhidos através do inquérito por questionário e guião de observação. A análise de conteúdo foi a técnica usada para analisar os dados recolhidos através de entrevista, que decorreram entre 27 de dezembro de 2017 e 28 de outubro de 2018. A amostra abrangeu mulheres vendedoras de rua com idade compreendidas entre 14 e 63 anos. A escolaridade variou entre saber ler e escrever, a partir de um guião semiestruturado e com abertura para que as entrevistadas contassem o seu percurso de vida e familiar das causas da venda na rua o presente e o futuro e alguns casos complexos que tiveram com os fiscais e agentes da polícia no combate a venda anárquica na rua. Já o inquérito por questionário a vendedora de rua baseou-se: (i) causas da venda na rua da cidade de Luanda; (ii) possibilidades de voltar a trabalhar ou vender no novo mercado para

mitigar o desemprego e (iii) trajeto casa, armazém e praça. Tudo isso foi possível em função do critério da amostra e da conversa a ser aceite, mais de 70% dos casos as entrevistas ou inquérito decorreram em um único momento de contacto. Optamos por deixar falar proporcionando uma liberdade de resposta, a partir de um guião aberto.

Ancorada no trabalho de campo etnográfico o artigo, começa por enquadrar de modo sucinto o comércio informal em termos teóricos e políticos, considerando as dinâmicas históricas mais recentes do capitalismo, nomeadamente no campo da organização do trabalho.

### **1. Capitalismo, reorganização produtiva e a informalidade como regime de vida**

As atividades informais desempenham um papel fundamental no capitalismo tal como ele hoje se organiza e funciona, estando fortemente presentes nas mais diversas geografias, nomeadamente as mais marcadas por formas extremas de miséria e desigualdade (Ribeiro e Sacramento), representando em muitos países mais de 60% da riqueza produzida anualmente (Bruzaca, Ribeiro e Cristóvão). Fazendo-se sentir com especial intensidade em África e na América Latina, em muitas geografias uma parte significativa da população procura na informalidade obter o rendimento necessário para assegurar a satisfação das suas necessidades mais básicas, a bem dizer, para sobreviverem no sentido mais literal do termo.

Mas como as definir? O que cabe nas atividades informar? O que são elas atualmente? Apesar de carecer de algum rigor jurídico, aceita-se que as atividades informais se definem pela pequena dimensão do negócio, exploração direta do proprietário e inexistência de um sistema de registo estatístico, fiscal e contabilístico (v. Gautier *et al.* 2001: 802). No terreno, qualquer observador minimamente treinado sabe distinguir este tipo de atividades. Elas têm uma forma de organização no espaço e uma tipologia de edificação que são inconfundíveis: elevada concentração espacial, num regime de aparente anarquia, de barracas e outras construções precárias, normalmente de cimento ou caniço com coberto de chapa, num ambiente de cor, sons e odores variados. Expressam-se também sob a forma de venda ambulante, na qual a presença das mulheres é também muito forte. Como notaram há mais de duas décadas Gerry e Birkbeck (1981 e 1985), o sector informal é formado pelos falsos trabalhadores independentes (vendedores ambulantes dos mais variados bens por conta de uma empresa ou indivíduo) e pelos *lumpen* capitalistas (proprietários de pequenos comércios ou serviços que põem a funcionar a partir de um pequeno capital). Por vezes, a distinção entre uns e outros é muito ténue. O êxito individual está severamente condicionado pelas estruturas económicas prevaletentes, dominadas pela concentração da riqueza e elevado desemprego.

Em termos históricos, o sector informal tem as suas raízes na pequena produção mercantil que, como justamente salientam Gerry e Birkbeck (1985), constitui uma forma económica concreta que pode existir em diferentes modos de produção, nomeadamente capitalista e socialista. Como parece atinente considerar, a sua importância varia conforme a evolução e as reconfigurações do capitalismo, que na sua fase atual favorece a expansão do sector informal, ainda que muitas vezes revestido de novos conceitos e palavras “encantatórias”, como empreendedorismo, empresas *start-up* e iniciativa individual. Considerado normalmente um sector marginal, o seu crescimento e enraizamento conferem-lhe um lugar central em numerosas economias, fazendo-se sentir com particular vigor a nível do comércio e dos serviços, não obstante o carácter muito fluído e heterogéneo das atividades e atores neles envolvidos.

A reorganização produtiva e financeira do capitalismo imposta pelo neoliberalismo traduziu-se em consequências sociais severas. Como aconteceu um pouco por toda a África, mas também pela América Latina e por largas zonas da Ásia, as consequências para as classes trabalhadoras expressaram-se em desemprego, redução das condições de vida, miséria e mesmo fome, tendo encontrado nas atividades informais a única saída, muito precária, para as suas vidas.

Em termos sociais a informalidade funciona como um amortecedor, absorvendo parte significativa da força de trabalho excedentária que, sem esta alternativa, poderia constituir-se num perigoso fator de desestabilização e agitação sociais. Se o sector informal exprime, de certa maneira, a capacidade de agência e o dinamismo dos atores sociais na procura de soluções alternativas de rendimento, não deixa também de relevar o desinteresse do Estado e a incapacidade dos sectores tradicionais da economia formal em providenciar trabalho para largas camadas das classes populares. Por outras palavras, o sector informal torna evidente, como refere T. S. e Silva na sua reflexão sobre o caso moçambicano,

a fraqueza do Estado na produção de respostas para os problemas económicos e sociais e, ao mesmo tempo, as formas alternativas (e seus constrangimentos) que visam compensar quer os impactos económicos, quer os impactos sociais produzidos pela crise, através das redes de solidariedade (2002: 86).

Trata-se de um sector, é de repetir, que não é exterior ao modo de produção dominante nem à economia mundo capitalista, não se podendo admitir a existência de duas economias, uma relacionada com as classes populares e outra vinculada às classes mais afluentes. Aliás, Santos e Rodríguez advertem que

“esta visão dualista da economia não só é incorrecta, do ponto de vista fáctico – dado que, como demonstram numerosos estudos, existem relações estreitas de dependência mútua entre as actividades económicas informais e formais [...] –, como também é contraproducente do ponto de vista prático, porque limita o campo de acção e expansão das formas alternativas de produção, consumo e distribuição de bens e serviços aos sectores sociais e às actividades económicas marginalizadas” (2003: 44).

Segundo Colloredo-Mansfeld (2002: 124-125), estas actividades constituem uma oportunidade para todos aqueles que foram colocados na margem pelos novos cenários induzidos pela penetração das políticas neoliberais, fazendo com que a “classe trabalhadora informal global [...se constitua como] a classe social de crescimento mais rápido e mais sem precedentes da Terra” (Davis 2006: 178), apesar das dificuldades em medir a informalidade, devido à institucionalização muito fluida e heterogénea das actividades nela compreendida: produção artesanal, vendas ambulantes, comércio em barracas e outras construções precárias. No geral, são todas aquelas que não estão sujeitas às obrigações comerciais e fiscais ordinárias, não possuindo qualquer outro tipo de conexão com o aparelho de Estado que não seja aquele que se estabelece por via do pagamento de uma taxa diária, quando cobrada.

Objetivamente colocados numa posição de classe ambígua, à qual não é estranha a extrema diferenciação social interna, as suas subjetividades não deixam de conectar quem vive das actividades informais com alguns elementos da cultura burguesa. Animados pela convicção, profundamente individualista, da responsabilidade própria nos seus destinos de vida e na concomitante expectativa de enriquecimento económico e ascensão social, ela não deixa de se corporizar (e logo demonstrada) nos raros exemplos que conhecem, transformados pelos discursos dominantes em paradigmas do trabalho esforçado ao alcance de qualquer um que possua vontade em persistir.

Conquanto seja socialmente importante em contextos de violenta crise económica, a longo prazo não é suficiente para fazer sair da pobreza parte significativa dos beneficiários. O *lumpen*-comerciante recebe o micro-crédito, compra a mercadoria, o lucro utiliza para custear as suas despesas de sobrevivência quotidiana, recorre de novo ao micro crédito para iniciar um novo ciclo, acabando por nunca conseguir gerar capital suficiente de forma a torná-lo autónomo. Não raro, as coisas não correm bem. A falência faz-se anunciar sob a forma da barraca praticamente vazia, quando nela não resta mais do que meia dúzia de caixas de fósforos e alguns quilos de arroz ou outro cereal para venda. Com sortes muito diferentes, explicáveis pelos desiguais recursos económicos e relacionais, o sucesso comercial está

severamente condicionado pelas estruturas económicas prevalecentes. Quer dizer, por uma economia empobrecida, caracterizada pela grande concentração geográfica e social do dinheiro e do património, bem como pelo fortíssimo desemprego, aspetos que concorrem para a redução do rendimento e, não raro, para o afastamento de muitos das trocas monetárias. Os efeitos destas debilidades económicas adquirem uma espessura precisa quando os comerciantes informais referem, amiúde, que “as pessoas não têm dinheiro”.

## **2. As atividades informais em Luanda**

Desde o século XVII que se pode observar uma forte atividade comercial que relacionada com uma complexa e variada rede de serviços de compra e venda levada a cabo por vendedores de rua em Luanda (Venâncio 1996: 38). Já no século XVIII, estas atividades adquirem maior relevância pelo facto dos produtos comercializados pelas vendedoras na rua constituírem grande parte da cesta básica dos luandenses, mas também por constituir farnel de escravos embarcados para o Brasil naquela altura. É nesse sentido que o terreiro público, instituição criada pelo então Governador Sousa Coutinho para gerir a distribuição de bens alimentares na cidade, surge como uma instituição virada para a economia atlântica, ligando luandense ao brasileiro e por via deste à Europa (Venâncio 1996).

Dando um salto temporal significativo, após a independência do país em 1975, as atividades informais conheceram um forte impulso. O conflito armado em que o país esteve mergulhado durante quase três décadas é apontado como o principal promotor desta atividade, nomeadamente devido a que uma parte considerável da população rural foi obrigada a abandonar as suas casas e os seus campos agrícolas para procurar refúgio nos principais centros urbanos. Porém, como acima foi mencionado, o fim da guerra civil em 2002 não reduziu a importância das atividades informais. Pelo contrário, estas continuaram a florescer, mostrando-se a paz e a consequente estabilização política incapazes de desenvolver a oferta de trabalho nos setores formais da economia em quantidade adequada à procura. Enfim, como em muitos países da África subsaariana, a economia depende largamente do sector informal, no qual predominam as mulheres: “os agentes económicos do sector informal são sobretudo mulheres que sofrem diariamente uma série de constrangimentos e discriminações com base no género” (Grassi, 2001).

Com a migração das populações das zonas rurais para zonas urbanas, o aumento da oferta de mão-de-obra seguiu-se à diminuição da procura, visto que, as atividades agrícolas outrora desenvolvidas principalmente por mulheres foram afetadas pela guerra civil, pois as áreas de cultivo, os campos estavam minados, o solo estava degradado pelos bombardeamentos. Obviamente muitos homens que foram

na guerra morreram. Após o fim da guerra civil, o custo de vida aumentou acabando por ampliar a economia informal.

Ao mesmo tempo, o processo de transição para a economia de mercado foi conduzido sem que o Estado angolano tivesse desenvolvido políticas públicas adequadas capazes de dar uma qualidade de vida aos cidadãos e potenciar a criação de trabalho assalariado por parte do setor privado. A redução do papel do Estado implicou a diminuição da força de trabalho no setor público, sem que o setor privado tenha sido capaz de a compensar.

A diminuição dos rendimentos das famílias forçou os agregados familiares a procurar alternativas de geração de recursos no setor informal (UNESCO, OCDE, 2016), assumindo as mulheres um papel preponderante.

### **3. Ganhar a vida na rua: quotidianos de vida das vendedoras informais em Luanda**

Os impactos produzidos pelos processos de modernização que desestabilizaram as formas tradicionais de organização fez com que as mulheres assumissem outras tarefas, deixando de ser apenas esposas, donas de casa e mães, assumindo papéis relevantes no mercado de trabalho, de modo a garantir o seu sustento e o da família. A estes processos há que juntar também os efeitos produzidos pela longa guerra em Angola: “quando a guerra terminou, muito dos homens haviam morrido, e os que haviam sobrevivido ficaram impossibilitados de trabalhar, pois tinham sido mutilados. Assim houve então a necessidade de as mulheres deixarem suas casas e filhos para passaram a fazer o trabalho que outra hora era realizado pelos seus maridos” (Probst *apud* Assis, 2009: 3). Por outras palavras, sem os homens, as mulheres organizam-se e assumem posições sociais e económicas no agregado familiar que têm no comércio informal uma alavanca fundamental para a sua reprodução social.

A atividade informal em Angola é legitimada nos termos do decreto Presidencial nº 281/11, de 1 de novembro, que aprovou o estatuto orgânico do Governo provincial de Luanda, nos termos do artigo 97º da Lei nº 17/90, de 29 de julho, sobre a organização e funcionamento dos Órgãos da administração Local do Estado. Tendo em conta que a organização e a segmentação interna dos órgãos da administração do estado podem estar sujeitas a modelos diferenciados, a especificidade local, a estratégia para organizar o comércio informal, passa pelo licenciamento, regulamentação e fiscalização da atividade comercial retalhista e de vendedores ambulantes, de modo a promover a criação de pequenas empresas e o empreendedorismo, para que as atividades económicas fomentem o desenvolvimento económico e social da Província de Luanda e dos municípios em geral.



As vendedoras de rua têm sido legitimadas por via de credenciamento por parte do governo através das administrações municipais à repartição municipal de atividades económicas, têm assegurado a execução das ações de atividades comerciais por formas a colmatar a carência de emprego estrutural, o Governo licencia os vendedores de rua legitimando a sua atividade económica. Portanto, no dia 14 de Novembro de 2018, o Governo da Província de Luanda procedeu à entrega de 70 cartões para a venda ambulante a igual número de pessoas, em cerimónia realizada no mercado dos congolezes, Distrito urbano do Rangel, que marcou o lançamento oficial do documento.

### **Conclusão**

Ganhar a vida na rua constitui um fator de capital importância no contexto socioeconómico da cidade de Luanda. A principal razão de se ganhar a vida na rua de Luanda resulta da fraca capacidade do sector formal em gerar emprego e rendimento em Angola, permitindo às mulheres garantir o sustento das suas famílias, ao mesmo tempo que absorve parcialmente o imenso “exército de reserva”, recorrendo a uma conhecida e notável expressão de Marx, de força de trabalho existente em Angola. Sendo o sector formal incapaz de incorporar esta força de trabalho disponível, os homens e as mulheres procuram sobreviver vendendo nas ruas de Luanda, fazendo com que o setor informal forneça muitos dos bens e serviços necessários para pessoas de recursos escassos.

Por fim a nossa reflexão não pretendeu rotular as atividades informais desempenhadas por mulheres angolanas nas ruas de Luanda, mais tão-somente homenagear as mulheres nos países lusófonos que lutam pela igualdade, capacitação, emprego e renda. Oportunidades no mercado de trabalho e enfrentamentos jurídicos, tal como referia Karl Marx, pela estratégia de reproduzir no mundo laboral, uma atividade que gere salário, preço e lucros, ou seja, renda complementar, estratégia de flexibilização e precarização do emprego na sociedade angolana. Em suma o estudo permitiu aferir que as mulheres vão ganhar a vida na rua primeiro por falta de emprego formal, seja público, seja privado, devido ao desemprego dos esposos ou a situações de viuvez. Estes motivos devem ser compreendidos no contexto mais amplo da escassez de rendimento e escassez estrutural de emprego, elevado custo de vida e inexistência de políticas sociais que apoiem os cidadãos, em especial as mulheres mais pobres.

### **Bibliografia**

African Development Bank (ADB) / African Development Fund (ADP) (2008) *Angola.*

*Country Gender Profile.* w.p.

- ASSIS, Rosiane Hernandes de (2009) *A inserção da mulher no mercado de trabalho*. Disponível em: [http://www.convibra.org/2009/artigos/140\\_0.pdf](http://www.convibra.org/2009/artigos/140_0.pdf). Acesso em 20 de abril de 2018.
- BUSSEY, Kay & BANDURA, Albert (1999) *Social cognitive theory of gender Development and differentiation*. Psychological Review, 106, 676-713. <https://pdfs.semanticscholar.org>. Acesso em 19 de abril de 2018.
- COLLINS, Randall (1971), *Functional and Conflict Theories of Educational Stratification*. American Sociological Review, Vol. 36, No. 6.
- DECRETO-LEI n.º 119/1999. (1999) *Medidas de reparação do desemprego*. Diário da República, I Série, n.º 87 (14-04-1999), 1997-2008.
- DECRETO-LEI n.º 220/2006. *Proteção no desemprego*. Diário da República, I Série., n.º 212 (03-11-2006).
- GRASSI, M. (1997) "*O papel da empresária angolana: contribuição para uma reflexão*" Tese de mestrado em Estudos Africanos, ISCTE.
- GOMES, A.F; SANTANA, P.G.W. SILVA, M.J. (2005) *Mulheres Empreendedoras: Desafios e Competências*. Disponível em: <http://www.cyta.com.ar/ta0406/v4n6a1.htm>. Pdf. Acesso em: 22 de abril de 2018.
- LEI GERAL DO TRABALHO, *Lei n.º 7/15, de 15 de Junho*, Plural editores, 2ª edição Académica, colecção legislação Angola.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria (1991) *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas Disponível em: [file:///C:/Users/Admin/Downloads/ANEXO%20III%20-%20Metodologia\\_Pesquisa\\_Elaboracao\\_Disserta%C3%A7%C3%B5es.pdf](file:///C:/Users/Admin/Downloads/ANEXO%20III%20-%20Metodologia_Pesquisa_Elaboracao_Disserta%C3%A7%C3%B5es.pdf). Acesso em: 20 de Abril de 2018.
- MARX, Karl (1971) *Os Manuscritos Económicos – Filosóficos*. Brasília Editora Porto (tradução de J. Carvalho Branco).
- MARX, Karl. (1996) [1867] *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, (Os Economistas)
- MARX, Karl (1965) *A ideologia Alemã*. Zahar editores, Rio de Janeiro.
- MELO, João de (1988) *Os anos da guerra*. I volume, ed. Círculo de leitores.
- MINPLAN (2004) *Ministério do Planeamento da República de Angola*, Portal do Governo. Disponível em: Admin/Downloads/indicadores\_estatisticos.pdf.
- INE (2014) [2016] *Instituto Nacional de Estatística de Angola Relatório*.
- PARSONS, Talcott & BALES, [Robert Freed](#) (1960) *Family, Socialization and interaction process*. Ed. Free Press.
- PRIORE, Mary Del (1997) *História das mulheres no Brasil*. 2. Ed. São Paulo.

PROBST, E.R. A (2003) *A Evolução da mulher no mercado de trabalho*. Disponível em: <http://www.icpg.com.br/artigos/rev.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

PNUD (2003) *relatório de desenvolvimento humano. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana*. <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2003-portuguese.pdf>. Acesso em 17 de Abril 2018.

NU (1994), *Relatório da República de Angola, 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, Luanda*.

UNICEF (2008) *Angola – Country Office Annual Report 2007*. Luanda

UN System (2002) *Angola. The Post-War Challenges*. Common Country Assessment. Luanda.

VENÂNCIO, José Carlos, (1996) *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de Sociologia Histórica*. Lisboa: Editorial Estampa.